

**OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE AGRONOMIA E SUA INTERAÇÃO COM A  
POLÍTICA NACIONAL DE ATER**

**THE CURRICULUMS OF THE AGRONOMY COURSES AND ITS INTERACTION  
WITH THE NATIONAL POLICY OF ATER**

**LOS CURRÍCULOS DE LOS CURSOS DE AGRONOMÍA Y SU INTERACCIÓN  
CON LA POLÍTICA NACIONAL DE ATER**

*Jazon Ferreira Primo Junior*  
jazonjunior5@gmail.com  
Mestre em Extensão Rural  
Prefeitura Municipal de Irecê-BA

*Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira*  
lucia.oliveira@univasf.edu.br  
Doutora em Desenvolvimento Sócioambiental  
Universidade Federal do vale do São Francisco

*Marcia Bento Moreira*  
marcia.moreira@univasf.edu.br  
Doutora em Medicina Veterinária  
Universidade Federal do Vale do São Francisco

**RESUMO**

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural constituiu-se, nos últimos anos, como uma ferramenta primordial para o desenvolvimento das atividades rurais voltadas para a agricultura familiar. A sua construção a partir de um processo participativo pelas diversas esferas sociais, fez dela um instrumento legítimo para as ações de assistência técnica e extensão rural promovidas pelo Estado brasileiro. Essa pesquisa teve como objetivo, analisar a interação dos currículos dos cursos de agronomia da UFRB, Univasf, UEFS e UNEB (Juazeiro) com a PNATER. A análise documental se deu a partir dos Projetos Pedagógico dos Cursos (PPC) nos itens Princípios, Perfil do Egresso e Matriz Curricular, assim como os Princípios, Objetivos e Público beneficiário da lei 12.188/2010 - Lei de Ater. A integração dos currículos dos cursos de agronomia das universidades pesquisadas se dá em níveis diferentes com a PNATER, sendo o desenvolvimento sustentável e a agroecologia contemplados em todos os PPC dos cursos pesquisados. O nível de interação diferiu pela quantidade de disciplinas e o detalhamento dessas com as temáticas da PNATER. Nesse sentido o PPC do curso de agronomia da UEFS se destacou de modo diferenciada no detalhamento de disciplinas que abordam de maneira específica a maioria dos temas da PNATER.

**Palavras-chave:** Extensão Rural. Universidade. PNATER. Currículo.

## ABSTRACT

The National Policy for Technical Assistance and Rural Extension has become, in recent years, a primordial tool for the development of rural activities aimed at family agriculture. Its construction, based on a participatory process by the different social spheres, made it a legitimate instrument for the technical assistance and rural extension actions promoted by the Brazilian State. This research had as objective to analyze the interaction of the agronomy curricula of UFRB, Univasf, UEFS and UNEB Juazeiro, with PNATER. The documentary analysis was based on the Pedagogical Projects of the courses in the items Principles, Profile of the Progress and Curriculum Matrix, as well as the Principles, Objectives and Public beneficiary of the law 12.188 / 2010 - Law of Ater. The integration of the curricula of the agronomy courses of the researched universities takes place in different levels with the PNATER, being the sustainable development and the agroecology contemplated in all PPCs of the courses of agronomy researched. The level of interaction differed by the number of disciplines and the detail of these with the themes of PNATER. In this sense, the PPP of the UEFS agronomy course stood out in a differentiated way in the detailing of disciplines that specifically address most of the PNATER subjects.

**Key words:** Rural Extension. University. PNATER. Curriculum

## RESUMEN

La Política Nacional de Asistencia Técnica y Extensión Rural se ha constituido en los últimos años como una herramienta primordial para el desarrollo de las actividades rurales orientadas a la agricultura familiar. Su construcción a partir de un proceso participativo por las diversas esferas sociales, hizo de ella un instrumento legítimo para las acciones de asistencia técnica y extensión rural promovidas por el Estado brasileño. Esta investigación tuvo como objetivo, analizar la interacción de los currículos de los cursos de agronomía de la UFRB, Univasf, UEFS y UNEB (Juazeiro) con la PNATER. El análisis documental se dio a partir de los Proyectos Pedagógicos de los Cursos (PPC) en los ítems Principios, Perfil del Egreso y Matriz Curricular, así como los Principios, Objetivos y Público beneficiario de la ley 12.188 / 2010 - Ley de Ater. La integración de los currículos de los cursos de agronomía de las universidades encuestadas se da en niveles diferentes con la PNATER, siendo el desarrollo sostenible y la agroecología contemplados en todos los PPC de los cursos investigados. El nivel de interacción difería por la cantidad de disciplinas y el detalle de éstas con las temáticas de la PNATER. En ese sentido el PPC del curso de agronomía de la UEFS se destacó de modo diferenciado en el detalle de disciplinas que abordan de manera específica la mayoría de los temas de la PNATER.

**Palabras clave:** Extensión Rural. Universidad. PNATER. Currículo.

## REFLEXÕES SOBRE CURRÍCULO NO ENSINO

Etimologicamente, segundo Goodson (1995), currículo deriva da palavra latina *scurrere* e refere-se a um curso, um percurso que deve ser realizado. Além de expressar os conteúdos de ensino, também estabelece a ordem de sua distribuição. Nas instituições de ensino, o currículo contempla as experiências de aprendizagens a serem vivenciadas pelos estudantes, na perspectiva de formar cidadãos e cidadãs críticos (as), com sentimento de responsabilidade social, além de se constituir um instrumento de poder entre os vários atores e componentes do processo ensino-aprendizagem, que permeia o cotidiano escolar (HORNBERG; SILVA, 2007). Com o mesmo raciocínio, Veiga (2002), afirma:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.29).

O grande impedimento para que a organização do currículo seja feita a partir de uma visão multifacetada, interdisciplinar e contextualizada à realidade contemporânea, é a forma fragmentada e hierárquica que se perpetua nas instituições de ensino, onde cada disciplina é ministrada separadamente e aquelas que, arbitrariamente são consideradas mais importantes, acabam sendo privilegiadas com carga horária maior e apoio logístico e laboratorial, em detrimento de outras consideradas de menor relevância no curso.

Tais incoerências são compreensíveis, considerando que os estudos sobre currículo como campo do conhecimento são recentes. Data dos anos 1920 do século passado, quando fenômenos como a industrialização e a imigração nos Estados Unidos da América, passaram a requerer maior preparo dos trabalhadores para o novo mercado de trabalho, exigindo das escolas um novo fazer no ensino, centrado sobretudo nos conteúdos (MOREIRA; SILVA, 2008). Com uma visão diferenciada de currículo, Gimeno Sacristán já em 1991, defendia que o mesmo fosse elaborado a partir das experiências e dos interesses dos alunos, sendo entendido como um meio de promoção da sua autorrealização.

No Brasil, a primeira ideia de currículo encontra-se na proposta educacional do Pe. Manoel da Nóbrega, cujo principal objetivo era formar adeptos ao catolicismo. A matriz curricular era composta pelo ensino da doutrina cristã, dos bons costumes e das primeiras

letras. O ensino de português foi a prioridade maior da Colônia, assim como, para o evangelizador, era fundamental a aprendizagem da língua indígena. Esse modelo perdurou até 1570, quando a prioridade passou a ser a criação de colégios localizados nos centros urbanos mais importantes e próximos do litoral, cuja finalidade era formar padres para a atividade missionária (PONCE, 2015).

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, surgiram as reformas pombalinas, mas só em 1772 é que foram instituídas as aulas de primeiras letras, de gramática, de latim e de grego no Rio de Janeiro e nas principais cidades das capitanias, sendo o processo educacional aprimorado ano a ano. Com a instalação da Corte Portuguesa no Brasil em 1808, inúmeras atividades culturais passaram a fazer parte do cotidiano do país, transformando a realidade das populações tradicionais (LOPES, 2004),

De todas as reformas, a de Leôncio de Carvalho de 1879, foi a que maior impacto positivo trouxe para a sociedade. Através dela, o ensino passou a ser obrigatório para todas as crianças brasileiras, inclusive os filhos de escravos, com idade entre 07 e 14 anos, tendo o currículo como fonte de inspiração o positivismo (RANGHETTI; GESSER, 2004).

A partir dos anos 70 do século passado, duas correntes foram mais influentes para a adoção do modelo de currículo a ser adotado nas escolas: a sociologia do currículo, com origem nos Estados Unidos e cujos teóricos mais importantes eram Michael Apple e Henry Giroux, e a nova sociologia da educação, cujo maior expoente era Michael Young. A partir daí, muitas teorias passaram a ser testadas, sem que se chegasse a um consenso sobre a mais adequada para cada contexto (CUNHA, 2005).

Na atualidade temos assistido uma revolução no campo das tecnologias da informação e da comunicação, com reflexos no cotidiano das pessoas e nas suas dinâmicas sociais, operando mudanças profundas nas relações de trabalho. Para Alain Touraine (2005), são estas transformações que contribuem para transfigurar o paradigma social vigente, reconfigurar a realidade em que vivemos e romper com as velhas estruturas centradas no individualismo inoperante herdado da industrialização. Sobre o tema, Tedesco (2010), afirma que vivemos numa fase onde o passado se apresenta como obsoleto e o futuro como incerto e ameaçador, devendo tudo ser solucionado no aqui e agora, dificultando a projeção de futuro. Em idêntica linha de pensamento, Pierre Bourdieu (1992), considera que este imediatismo tem tido

reflexos negativos no campo da educação, impedindo o repasse às gerações mais novas do patrimônio cultural, bem como, uma formação mais sólida dos cidadãos e cidadãs do futuro, para a defesa das liberdades e para o enfrentamento das desigualdades sociais. Como afirma Soeiro (2008).

A escola fabrica várias formas de exclusão. Não deixa entrar os que estão fora e esse é o problema do acesso. Põe fora os que estão dentro – e aí estamos perante o drama do insucesso escolar e do abandono. Exclui incluindo – a forma escolar é em si uniformizadora e adversa à diversidade. E, num certo sentido, a inclusão na escola deixou de fazer sentido, porque é difícil perceber para que é que precisamos de lá estar. A cada um destes problemas – o acesso, o sucesso, a diversidade dos públicos escolares e o sentido do trabalho escolar – nós só podemos responder com uma escolha: mais e melhor democracia. (SOEIRO, 2008, p. 85).

Tomando como referência a reflexão de Soeiro (2008), Canário (2008), propõe que a escola contemporânea, deve nortear-se por três pressupostos ao elaborar o seu currículo:

- a. A aprendizagem deve ocorrer pelo trabalho e não para o trabalho. Para tanto, a escola, precisa possibilitar ao aluno a decisão de se assumir como produtor do seu saber.
- b. Os saberes devem ter a finalidade de ler, compreender e intervir no mundo.
- c. A escola deve ser um espaço onde se viva a democracia, se exerça o direito à palavra e se aprenda a ser intolerante com as injustiças.

Como diz Apple (1994), o currículo tem de ser fruto do seu tempo. Ele é produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas, que organizam e desorganizam um povo. Nessa perspectiva, como construir um currículo que se adeque à formação humana e profissional, cujos egressos possam atuar nessa sociedade tão complexa e imediatista? A resposta para tal indagação não está pronta, entretanto, teóricos como, Zabala (2002); Ramalho; Nuñez; Gauthier (2004); Goodson (2008), informam que, na criação de currículos, deve-se tomar como pontos essenciais: a) a formação de pessoas capazes de fazer intervenções sociais que elevem a qualidade de vida das pessoas; b) a oferta de meios para análise da conjuntura mundial; c) a formação profissional como redes complexas e dinâmicas.

Desse modo é possível concordar com a ideia de currículo como algo que é mais do que um conjunto de “competências que devem ser formadas”, constituído por experiências significativas nas quais se constrói o fazer - pedagógico, principalmente em um contexto sócio-histórico dado, que se organiza de diversas maneiras e aproximando a intenção

formativa do “modelo profissional” de cada agência formadora com espaço de inovação pedagógica (RAMALHO; NUÑÊS; GAUTHIER, 2004; GOODSON 2008).

Acreditando nessa teoria, várias ciências estão atuando nessa via interdisciplinar como proposta viável para a organização de seus currículos, pois buscam a formação de profissionais que consigam interagir holisticamente. (VARGAS; COLUS; LINHARES; SALOMÃO; MARCHESE, 2008; ALARCÃO; RUA, 2005; POMBO, 2006).

Foi o que ocorreu nessa pesquisa, que tomou como marco referencial, a interdisciplinaridade, na compreensão de que, nenhum setor da economia se desenvolveu satisfatoriamente sem que tivesse executado um processo orientado, capacitando e formando agentes de transformação para proporcionar um real desenvolvimento que gerasse a emancipação do conjunto social. No meio rural, espaço que teve resumida importância pelo modelo econômico hegemônico, os processos de desenvolvimento são concretamente dependentes de tal orientação. A assistência técnica e a extensão rural (ATER) têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, no desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira.

No Brasil, ações de caráter extensionistas, embora de forma tímida, começaram a ser pensadas de forma conjunta com o ensino e a pesquisa, a partir do Decreto nº 2.500 de 01/11/1859 que tratava da criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura. Todavia, a institucionalização da extensão rural brasileira se deu ao longo das décadas de 50 e 60 do século XX e passou por diversas fases até se chegar à Política Nacional de Ater instituída pela lei 12.188/2010 (PEIXOTO, 2008).

No Brasil, as atividades de ensino superior agrônomo, iniciaram em 1859, com a criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, implantado no distrito de São Bento das Lages, com articulação dos governos provincial e da oligarquia açucareira que visava superar a estagnação dessa lavoura no Recôncavo. Também criadas no período, os Imperiais Institutos em Pernambuco (dezembro de 1859), Sergipe (janeiro de 1860), Rio de Janeiro (junho de 1860) e Rio Grande do Sul (agosto de 1861) (CAPDEVILLE, 1991).

O estatuto do Imperial Instituto Baiano de Agricultura previa a realização de exposições, concursos e a publicação de periódicos com os resultados das pesquisas, construindo acervo e ações que contribuíam para o desenvolvimento de práticas agrícolas a partir do conhecimento desenvolvido na academia. Ainda hoje, tais métodos são utilizados em serviços de extensão e de comunicação. Portanto, é possível constatar que haveria, mesmo de forma rudimentar, um serviço de extensão rural alicerçado no ensino da agronomia. (PEIXOTO, 2008).

Outro exemplo de atribuição legal de extensão rural é o Decreto no 1.606, de 29 de dezembro de 1906, sancionado pelo presidente Nilo Peçanha, criando e regulamentando o Ensino Agrônomo nos níveis básico, médio e superior. Diversos capítulos do Decreto tratam detalhadamente de atribuições relacionadas à assistência técnica e extensão rural a produtores rurais, como Cursos Ambulantes de Agricultura e a implantação de campos de demonstração e “fazendas modelo” de criação, nos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro (PEIXOTO, 2008).

A institucionalização efetiva do serviço de assistência técnica e extensão rural no País se deu ao longo das décadas de 50 e 60, do século passado, a partir da criação nos estados, das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21/06/1956. As Acar eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros.

Com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão rural (EMBRATER), através da Lei n. 6.126, de 6 de novembro de 1974, iniciou-se a estatização do Sistema Brasileiro de Extensão Rural. As estruturas e atribuições da Acar foram, ano a ano absorvidas pelos estados e criadas empresas ou outras estruturas governamentais de assistência técnica e extensão rural (EMATER); o Sistema Abcar (ou Siber), transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER).

A Ater intensificou-se nas décadas de 1960/70 com a modernização conservadora. Dentro desse processo, percebe-se que ela foi desenvolvida como um Projeto voltado para uma visão tecnológica, baseada na especialização, no uso de insumos não renováveis e de máquinas agrícolas, tornando-se dependente do mercado. O técnico extensionista reproduziu

esse modelo, desconsiderando a trajetória, experiência e conhecimento dos agricultores, priorizando tão somente o conhecimento científico. Na verdade, os serviços de ATER só receberam um tratamento específico na legislação brasileira após a Constituição de 1988, com a Lei nº 8.171, que dispôs sobre a Política Agrícola, conhecida como Lei Agrícola que no Capítulo V, estabelece que:

Art. 16. A assistência técnica e extensão rural buscarão viabilizar, com o produtor rural, proprietário ou não, suas famílias e organizações, soluções adequadas a seus problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente.

Art. 17. O Poder Público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, sem paralelismo na área governamental ou privada, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas.

Art. 18. A ação de assistência técnica e extensão rural deverão estar integradas à pesquisa agrícola, aos produtores rurais e suas entidades representativas e às comunidades rurais.

A redemocratização do país propiciou o surgimento do movimento social extensionista em 1986, que culminou em avanços. Nessa década, a EMBRATER passou a apoiar um modelo de desenvolvimento rural ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, e estimulou o 1º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Decreto no 91.766, de 10/10/1985 –, o qual propôs ações voltadas prioritariamente para os pequenos produtores e assentados rurais, além de novas metodologias de capacitação extensionista (PEIXOTO, 2008). Não durou muito tempo. Já na década de 90, a onda do neoliberalismo chegou ao Brasil de forma avassaladora e transformou os serviços de Extensão Rural num ambiente de mero repassador de informações. O resultado foi à extinção de várias empresas públicas, dentre elas a EMBRATER, no ano de 1990, no governo Collor de Mello. O resultado foi o sucateamento e abandono da extensão rural como política de estado e sua completa retirada da pauta do desenvolvimento rural.

## **METODOLOGIA**

A fim de verificar a relação do ensino de agronomia na formação dos profissionais com a PNATER, foi realizado um estudo qualitativo no intuito de acumular informações que pudessem contribuir para a compreensão da problemática. Para tanto, foi tomado como foco principal, o PPC- Projeto Pedagógico do Curso como objeto principal de avaliação, podendo o mesmo apontar os seguintes indicadores para análise: princípios da PNATER (Promoção do

desenvolvimento Rural Sustentável, Metodologias participativas, Sistemas de produção de bases sustentáveis, equidade das relações de gênero, geração raça e etnia, segurança alimentar e nutricional); beneficiários da PNATER (Agricultores familiares, Assentados da Reforma Agrária, povos indígenas, quilombolas, fundos e fechos de pasto, ribeirinhos, aquicultores, agroextrativistas, agricultores familiares urbanos e periurbanos); objetivos da PNATER (desenvolvimento rural sustentável, desenvolvimento territorial, produção, produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras, gestão de negócios da agricultura familiar, uso, manejo, proteção, conservação e recuperação de recursos naturais, construção de sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional, agregação de valor e aumento de renda da agricultura familiar, apoio ao cooperativismo e associativismo, integração da Ater com a pesquisa); entidades executoras da PNATER (instituições ou organizações públicas ou privadas executoras da Ater).

A escolha por essa metodologia deveu-se à compreensão de que, como afirmam Deslandes Gomes (2016, p. 57).

as metodologias qualitativas, tanto respondem a questões muito particulares e com um nível de realidade que não pode, ou não deveria ser quantificado, bem como, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, crenças valores e atitudes dos indivíduos.

Com a mesma visão, Rodrigues (2007), anuncia a pesquisa qualitativa como àquela que, predominantemente, analisa, avalia e interpreta dados relativos à natureza dos fenômenos, sem que os aspectos quantitativos sejam a sua principal fonte de informações, a lógica que conduz a análise, a linguagem que expressa os motivos. Portanto, é a pesquisa que aborda e se faz valer da razão discursiva apoiada na interpretação dos fenômenos, de maneira tal, que permita considerar suas subjetividades.

A pesquisa qualitativa é, portanto, um campo interdisciplinar e transdisciplinar que atravessa as ciências físicas e humanas (NELSON et. al. 1992). É abrangente diante dos diversos paradigmas e os pesquisadores que a praticam são sensíveis ao valor da aproximação por variados métodos. Por um lado está desenhada para um sensibilidade interpretativa da realidade crítica e, por outro lado, abrangente às concepções distintas da experiência humana.

Não possui um conjunto fechado de metodologias próprias. Os pesquisadores qualitativos recorrem aos variados caminhos que passam pela narrativa, métodos e técnicas etnográficas, à entrevista, estudos culturais, observação participante, etc. (AIRES, 2011).

Por esta perspectiva, de acordo com Goldenberg (2004), na pesquisa qualitativa “a preocupação não é com a representatividade numérica, mas com a intensidade da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição”.

A amostra tomada para estudo foram as universidades federais e estaduais que oferecem o curso de Engenharia Agrônoma no Estado da Bahia. Nas federais foram pesquisadas a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). As estaduais pesquisadas foram a Universidade Estadual da Bahia (UNEB – *campus* Juazeiro) e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Com o propósito de aprofundar o nível de informações, a fim de fornecer o maior número de indícios que permitissem compreender a realidade estudada, a análise documental foi à metodologia escolhida, por consistir na busca e avaliação de materiais e documentos que abordassem sobre a temática. Assim, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos foram os principais documentos utilizados. Nesta etapa foi verificado o conteúdo do projeto pedagógico dos cursos de agronomia abrangendo as disciplinas obrigatórias e optativas, através da grade curricular, ementa e bibliografia das disciplinas, a fim de identificar a abordagem do conteúdo preconizado pela PNATER. Além destes, buscou-se materiais, conteúdo de sites e mídias digitais e, consulta a publicações que tratavam do assunto, nos meios impresso e/ou eletrônico.

## **REFERENCIAIS SOBRE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**

O termo projeto tem origem no latim *projectu*, que, por sua vez, é participio passado do verbo *projicere*, que significa “lançar para diante”. Plano, intento, desígnio. (VEIGA, 2000). O termo Projeto Pedagógico nasce nos anos 80, com o intuito de se contrapor a uma visão burocrática e técnica e afirmar a sua natureza política.

O autor acima mencionado, considera três pontos básicos na especificidade do projeto. Primeiro, o projeto é uma antecipação do futuro, que deve orientar e conduzir nossa ação do presente; segundo, possui uma dimensão utópica, uma ideia a transformar-se em ato, o que reforça o caráter político da educação, valorizando o papel do projeto pedagógico voltado para a transformação social; terceiro, quando concebido, desenvolvido e avaliado como uma prática social coletiva, possibilita a pertença, a identidade com a proposta. Na construção desse PPC, o currículo não se constitui num elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. Ele está implicado em relações de poder, transmite visões sociais particulares e interessadas, produz identidades individuais e sociais direcionadas. (MOREIRA; SILVA, 1994)

Para Macedo (2005), um plano curricular supõe implícita e explicitamente, uma visão de educação e de como a escola, como uma das instituições sociais responsáveis pela formação, realiza a sua parte. Apple (1994) ao reavaliar sua obra, *Ideologia e Currículo* (APPLE, 1982), escrita na década de setenta, contribui significativamente para demonstrar o papel dos currículos frente aos interesses que estão em jogo nos projetos educacionais. Para ele, as teorias, diretrizes e práticas envolvidas na educação não são técnicas, pelo contrário, definem o conhecimento e a ideologia, dignos de serem transmitidos às futuras gerações, em sintonia com quem detém o poder na sociedade.

Em síntese, o currículo não pode ser visto apenas como a organização do conhecimento desprovido de ideologia, cultura e poder. Ele tem, efetivamente, implicações sociais e históricas e, na expectativa de uma educação crítica, reflexiva e possibilitadora de uma formação integral e libertadora, deve ser visto como uma área contestada, uma arena política, na qual se trava um embate na busca dos objetivos pretendidos (APPLE, 1994).

Na construção de um projeto pedagógico de um curso de agronomia, questionamentos orientadores devem ser feitos, como: que universidade se quer? Qual demanda da sociedade é prioritária? Que tipo de profissional pretende-se formar? Essas são perguntas que, de acordo com Souza (2005), apontam para a direção do projeto de sociedade que se deseja construir, dos sujeitos que se quer formar, a partir de uma clara proposta pedagógica.

## **PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS PPC DOS CURSOS DE AGRONOMIA PESQUISADOS E A SUA CORRELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DA PNATER**

**Univasf**

De acordo com o PPC do curso de agronomia da Univasf:

O processo de transformação decorrente da evolução tecnológica impõe à sociedade a necessidade de valorização da criatividade e da inovação e, em consequência, uma formação profissional e cultural mais sólida e ampla do cidadão, requerendo do Engenheiro Agrônomo a consciência da importância de sua qualificação para o mercado de trabalho, mediante o emprego da utilização eficiente de metodologias e técnicas que possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Tudo com a consciência de que a conservação ambiental é algo fundamental não apenas para a manutenção da vida no planeta, mas também para que haja desenvolvimento sustentável (PPC do Curso de Agronomia da UNIVASF:2013).

Neste contexto, deve ser oferecido ao discente um ambiente que lhe propicie desenvolvimento pessoal, de modo que possa construir seu conhecimento com base numa postura de criatividade e ciente da realidade que o cerca. Por outro lado, deve também o discente se sentir apto a promover a inovação, através de uma consciência crítica, na qual a educação continuada deve ser incorporada como princípio fundamental da qualificação profissional.

Tais considerações impõem que o PPC seja concebido adotando-se como princípios norteadores os seguintes pontos:

- Possibilidade de construção do conhecimento contemplando e integrando a diversidade dos tipos de saberes que hoje são potencialmente demandados pela sociedade contemporânea, abrangendo a apropriação da fundamentação teórica das diversas áreas de conhecimento do curso, seus princípios, técnicas, práticas, e atuação ética e responsável, além de aptidões sociais e respeito às diversidades, atributos imprescindíveis ao bom desempenho profissional;
- Buscar sempre o enriquecimento do ambiente formativo, introduzindo temas que se inserem nos contextos de vida dos estudantes, sem descaracterizar ou deformar o objetivo da sua formação como um profissional de nível superior;
- Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas

respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;

- Estimular processo avaliativo com base em raciocínio lógico e de domínio do histórico da natureza do conhecimento ou habilidade que se deseja aprimorar;
- Estimular a postura autônoma e responsável do estudante enfocando sempre uma análise em que considere a diversidade de pontos de vista de determinada técnica ou tecnologia, relacionando-a nos seus diversos assentamentos históricos, políticos, culturais e econômicos de desenvolvimento;
- Estimular uma formação que construa no estudante à consciência de suas competências e habilidades seja do ponto de vista técnico, político ou mesmo humanista, não se esquecendo dos valores sobre os quais eles se assentam.
- Propiciar sempre a reflexão sobre as dimensões epistemológicas sobre as quais os conhecimentos e as práticas se revelam. Para tanto, o ambiente de ensino aprendizagem deverá integrar e interagir com as dinâmicas produtivas, tecnológicas, sociais e ambientais onde a interação ensino, pesquisa e extensão sejam propulsores da construção do conhecimento e se articule exercitando os seguintes eixos programáticos:

O Curso deverá ainda, estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:

- Respeito à fauna e à flora;
- Conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água;
- Uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente;
- Emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo; e,
- Atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício de atividades profissionais.

Tabela 01. Correlação dos Princípios do PPP do curso de Agronomia da Univasf com a PNATER

<b>Princípios PNATER</b>	<b>Princípios PPC Univasf</b>
--------------------------	-----------------------------------

1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	X
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural - PNTAER.	-
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	-
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	-
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	-
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	-

De acordo com o PPC do curso de agronomia da Univasf, há uma correlação do currículo com a PNATER no Princípio 1, que trata do desenvolvimento rural sustentável. Os princípios 2, 3, 4, 5 e 6 não foram encontrados de forma clara no PPC do curso.

### **UFRB**

O curso de Agronomia do CCAAB/ UFRB, estabelece ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios: a) respeito à fauna e à flora; b) conservação ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água; c) uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente; d) emprego do raciocínio reflexivo, crítico e criativo; e) o atendimento às expectativas humanas e sociais, no exercício das atividades profissionais.

O processo de aprendizagem no curso adota metodologia onde os professores participam junto aos alunos do processo de construção do conhecimento, valorizando os saberes acumulados previamente pelos discentes em suas trajetórias de vida. A organização curricular permite a aprendizagem a partir da interação entre a busca do conhecimento, a prática reflexiva, a relação aluno-aluno, a relação professor-aluno e aluno-professor.

Para tal, a carga horária do Curso de Agronomia do CCAAB/ UFRB, é distribuída nos componentes curriculares, destacando aulas-teóricas e aulas-práticas. A iniciação científica é desenvolvida pelo aluno durante todo o curso. As atividades de extensão, sob orientação docente, também proporcionam práticas em situações reais de trabalho. As metodologias adotadas contribuem para a identificação e o desenvolvimento das potencialidades do educando e para a sua formação integral.

O Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia do CCAAB/ UFRB inclui atividades práticas permanentes nos setores de produção existentes no Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. Estas atividades que permeiam todo o período de formação dos alunos são organizadas pelos professores responsáveis pelos respectivos setores de acordo com a fase de aprendizado do aluno, de modo a favorecer que este aprenda a fazer fazendo.

Tabela 02. Correlação dos Princípios do PPC do curso de Agronomia da UFRB com a PNATER

<b>Princípios PNATER</b>	<b>Princípios PPP UFRB</b>
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	X
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; PNTAER.	-
2. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	-
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	X
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	

De acordo com o PPC do curso de agronomia da UFRB há uma correlação com a PNATER nos Princípios 1 que trata do desenvolvimento rural sustentável e no 4 que fala sobre a adoção de princípios de agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. Os princípios 2, 3, 5 e 6 não foram encontrados de forma clara no PPC do Curso.

## UEFS

O curso estabelece ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:

- O respeito à fauna e à flora;
- A conservação e recuperação da qualidade do solo, do ar e da água;
- O uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente;
- O emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo;
- O atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais.

Tabela 03. Correlação dos Princípios do PPC do curso de Agronomia da UEFS com a PNATER.

Princípios PNATER	Princípios PPC UEFS
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente.	X
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; PNTAER.	-
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	-
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	-
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	-
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	-

De acordo com o PPC do curso de agronomia da UEFS há uma correlação com a PNATER nos Princípios 1 que trata do desenvolvimento rural sustentável. Os princípios 2, 3, 4, 5 e 6 não foram encontrados de forma clara no PPC do Curso.

## CONCEPÇÃO DO PPC DO CURSO DE AGRONOMIA DA UNEB

O Projeto do Curso de Graduação em Engenharia Agrônômica – modalidade Bacharelado, traz como fundamento filosófico a perspectiva de formação de um profissional integral, buscando consolidar a sua identidade a partir da síntese de múltiplas determinações e relações sociais, em um panorama que retrate as condições e competências de permanente atualização para reflexão e crítica do contexto em que se encontra inserido. Nesta perspectiva a organização curricular do curso revela a formação proposta para o desenvolvimento de competências e habilidades com o embasamento teórico-epistemológico pertinente à área das Ciências Agrárias, onde a realidade local deverá ser fonte de investigação e revisão de conhecimentos, reorientando o processo de ensino-aprendizagem, a partir de atividades que nascem neste contexto, mas que não se esgotam nele, expandindo-se para a inovação e produção de novos conhecimentos.

Esta organização traz, como objetivo geral, desenvolver de forma articulada e em interação com a realidade, os conhecimentos teórico-práticos da Engenharia Agrônômica, sustentados pelas características do meio físico do semiárido e suas oportunidades, potencialidades e limitações. O Curso busca formar profissionais para atuar de forma crítica e autônoma em organizações de qualquer natureza jurídica dentro de um contexto no qual o desenvolvimento sustentável ganha nuances que favoreçam soluções locais, face aos enfrentamentos das necessidades da comunidade e, que sejam comprometidos com as dimensões humana social, ecológica, econômica e política da sociedade.

De acordo com o PPC do curso de agronomia da UNEB, há uma correlação com a PNATER no Princípio 1 que trata do desenvolvimento rural sustentável. Os princípios 2, 3, 4, 5 e 6 não foram encontrados de forma clara no PPP do curso.

**Tabela 04. Correlação da Concepção e finalidade do PPP do curso de Agronomia da UNEB com a PNATER**

Princípios PNATER	Concepção e finalidade do PPP UNEB
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	X

2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; PNTAER.	-
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	-
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	-
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	-
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	-

## **PERFIL DO EGRESSO DOS CURSOS DE AGRONOMIA E SUA CORRELAÇÃO COM A PNATER**

### **Univasf**

O Curso de Engenharia Agrônômica da Univasf confere ao estudante uma formação profissional cujos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores sejam apropriados e aplicados de maneira segura e responsável, observando os pressupostos da sustentabilidade social, econômica e ambiental que vem norteando as diretrizes do desenvolvimento das nações. O Egresso do curso de Engenharia Agrônômica formado por esta IES, apresenta um perfil generalista, com competência e capacidade técnica, científica e cultural para atuar no manejo sustentável dos recursos naturais renováveis, voltado à produção agropecuária, bem como, à sua transformação e comercialização, assistência técnica e gerenciamento dos setores ligados à cadeia produtiva agroindustrial. Deverá ainda ser capaz de atuar na produção e controle da sanidade e da qualidade de alimentos e outros produtos; no desenvolvimento de novas variedades e tecnologias produtivas; na organização do espaço rural e promoção da gestão ambiental; na coordenação e supervisão de equipes de trabalho; na realização de consultorias, estudos de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental; na execução e fiscalização de obras e serviços técnicos; efetuar vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres técnicos. Na execução de suas atividades, deverá considerar os aspectos referentes à ética, à segurança, à legislação e aos impactos ambientais, tanto no setor público, quanto no privado.

Nos quesitos Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER, observa-se de forma clara a ocorrência, no Perfil do Egresso do curso de agronomia da Univasf, os temas 1 (dentro dos princípios da PNATER), 7, 9, 10, 11 e 12 (dentro dos objetivos da PNATER). No público beneficiário da PNATER não foi observada nenhuma ocorrência no Perfil do Egresso no PPC, assim como, todos os demais temas da PNATER que não foram citados e encontram-se na tabela acima.

### **UFRB**

O (a) Engenheiro (a) Agrônomo (a) é um (a) profissional com formação generalista, técnico-científica, com visão crítica e reflexiva e ser capaz de se adaptar, de modo flexível, crítico e criativo, às novas situações, propondo a resolução de problemas, considerando seus aspectos tecnológicos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. Reconhecer as especificidades regionais e locais relacionadas à sua área de atuação contextualizá-las e correlacioná-las ao contexto nacional e mundial da produção de alimentos, atuando como agente de mudança na gerência de sistemas produtivos, de forma inovadora e pautada nos princípios da justiça e da ética profissional.

Nos quesitos Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER, observa-se de forma clara a ocorrência no Perfil do Egresso do PPC do curso de agronomia da UFRB os temas 1 e 4 (dentro dos princípios da PNATER), 7, 8 e 12 (dentro dos objetivos da PNATER). No público beneficiário da PNATER não teve nenhum tema com ocorrência no Perfil do Egresso do PPC, assim como, todos os demais temas da PNATER que não foram citados e encontram-se na tabela acima.

### **UEFS**

O profissional formado é titulado como Engenheiro Agrônomo e tem suas atividades e competências definidas no âmbito da atuação profissional, de acordo com a Resolução Nº 1.010, de 22 de Agosto de 2005 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA. O profissional formado é capaz de compreender a diversidade e necessidades sociais do meio rural, propor ações que catalisem transformações das atividades

agropecuárias que se desdobram no campo e na cidade e promover melhorias na qualidade de vida do homem rural, além de garantir o pleno exercício das atribuições legais previstas na Resolução nº 218/73-CONFEA (Campo de Atuação).

O curso de Agronomia tem como objetivo a formação de profissionais com embasamento técnico, humano, político e metodológico adequado para que atuem na área da agronomia e da agroecologia em unidades familiares, comunidades, associações, cooperativas e esfera pública. Apto a planejar, executar, avaliar e aperfeiçoar a atividade agropecuária. Fundamentado cientificamente, o profissional engenheiro agrônomo deverá interpretar, equacionar e programar todas as ações relacionadas a essa atividade, bem como seus reflexos no bem-estar do homem e no equilíbrio do meio ambiente.

Nos quesitos Princípios, Objetivos e Público beneficiário da PNATER, observa-se de forma clara a ocorrência, no Perfil do Egresso do PPC do curso de agronomia, dos temas 1 e 4 (dentro dos princípios da PNATER), 7, 8, 10, 12, 13 e 15 (dentro dos objetivos da PNATER), além do tema 20 no quesito Público Beneficiário da PNATER.

## **UNEB**

A formação proposta pelo Curso de Engenharia Agrônômica na modalidade Bacharelado do DTCS III, tem caráter generalista, humanista, científico e ético. É uma formação crítica e reflexiva, que possibilita ao egresso compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, em relação às especificidades da área, bem como a utilização racional dos recursos disponíveis e a conservação e equilíbrio do ambiente.

O engenheiro agrônomo formado pelo DTCS III, domina com competência e eficiência a aplicação das tecnologias, sobretudo as de baixo custo e mínima dependência de insumos externos, de modo que, os pequenos agricultores possam ter oportunidade de adotar tecnologias mais produtivas. Deverá ainda, atuar na promoção do cooperativismo e outras formas solidárias e associativas de solucionar problemas, com criatividade, mas também com o conhecimento de soluções convencionais para problemas desconhecidos ou emergentes.

Nos quesitos Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER, observa-se de forma clara a ocorrência, no Perfil do Egresso do PPC do curso de agronomia da UNEB os temas 1 e 4 (dentro dos princípios da PNATER), 7, 8, 9, 12, 15 e 16 (dentro dos objetivos da PNATER), além do tema 20 no quesito Público Beneficiário da PNATER.

### **ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E SUA INTERAÇÃO COM A PNATER - UEFS**

A estrutura curricular do curso é composta de três núcleos temáticos: um núcleo de conteúdos básicos (NCB), que objetiva fornecer o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado; um núcleo de conteúdos profissionais essenciais (NCPE), que será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional e um núcleo de conteúdos profissionais específicos (Ncpep), que visa contribuir para o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando, atendendo às peculiaridades regionais e a ênfase do curso em agricultura familiar e agroecologia.

A organização curricular do curso de agronomia da UEFS interage com quase todos os temas da PNATER dispostos nos Princípios, Objetivos e Público Beneficiário. Dos 06 princípios apenas 02 não foram encontrados na ementa das disciplinas: Segurança Alimentar e Equidades das Relações de Gênero, Geração, Raça e Etnia.

Todos os Objetivos da PNATER são abordados pelas disciplinas da organização curricular, conforme tabela acima. Da mesma maneira o Público Beneficiário descrito na PNATER foi satisfatoriamente abordado numa série de disciplinas específicas para o tema, conforme pode ser observado na tabela acima.

### **ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E SUA INTERAÇÃO COM A PNATER - Univasf**

No item **Princípios da PNATER**, observou-se correlação com o tema 01 “Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente” nas disciplinas de AGRO0014 Ecologia Geral, AGRO0026 Agroecologia, AGRO0044, Sociologia Rural, AGRO0047 Extensão Rural e AGRO0056 Tópicos em Gestão Ambiental. Os demais temas 02, 05 e 06 não foram encontrados nas disciplinas e ementas. O Tema 03 “Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da

cidadania e a democratização da gestão da política pública” na disciplina AGRO0047 Extensão Rural e Tema 04 “Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis” na disciplina AGRO0026 Agroecologia.

Não foram observados a abordagem dos temas 02 “Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural”, 05 “Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” e 06 “Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional”.

No item **Objetivos da PNATER** foi identificada correlação apenas com o Tema 07 “Promover o desenvolvimento rural sustentável” nas disciplinas de AGRO0014 Ecologia Geral, AGRO0026 Agroecologia, AGRO0044, Sociologia Rural, AGRO0047 Extensão Rural e AGRO0056 Tópicos em Gestão Ambiental. Os demais temas 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 não foram encontrados conteúdos correlatos nas disciplinas e ementas.

No item **Público Beneficiário da PNATER** foi identificada correlação com o tema 19 “Assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais” nas disciplinas de AGRO0044 Sociologia Rural e tema 20 “Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.” nas disciplinas de AGRO0029 Introdução a Engenharia Agrônômica.

Verifica-se que apenas 06 disciplinas da organização curricular do curso de Engenharia Agrônômica da Univasf abordam em alguma intensidade os temas correlatos com a PNATER. Dos 12 objetivos estabelecidos, apenas um “Desenvolvimento Sustentável”, foi abordado, de forma dispersa em 04 disciplinas.

## **ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E SUA INTERAÇÃO COM A PNATER - UFRB**

De acordo com a Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Agronomia, estes devem apresentar: Núcleo de Conteúdos Básicos, que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado; Núcleo de Conteúdos Profissionais

Essenciais, destinados à caracterização do profissional e Núcleo de Conteúdos Profissionais Específicos visando contribuir pra o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando.

No item **Princípios da PNATER**, observou-se correlação com o Tema 01 “Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente” nas disciplinas de CCA032 Ecologia Geral, CCA206 Agroecologia, CCA018 Sociologia Rural, CCA 218– Desenvolvimento de Comunidades, CCA 056 – Economia dos Recursos Naturais e dos Ecossistemas. O Tema 03, “Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública” nas disciplinas CCA 006 - Extensão Rural, CCA 018 - Sociologia Rural e CCA 218 - Desenvolvimento de Comunidades. O Tema 04 “Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis” na disciplina AGRO0026 Agroecologia, que aponta para um novo modelo de desenvolvimento.

Não foi observada a ocorrência dos temas 02 “Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural”, 05 “Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” e 06 “Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional”.

No item **Objetivos da PNATER** foi identificada correlação com o Tema 07 “Promover o desenvolvimento rural sustentável” nas disciplinas de CCA032 Ecologia Geral, CCA206 Agroecologia, CCA018 Sociologia Rural, CCA 218– Desenvolvimento de Comunidades, CCA 056 – Economia dos Recursos Naturais e dos Ecossistemas e CCA222 – Sustentabilidade Ambiental, num total de cinco disciplinas discutindo a temática. Também, observou-se aderência do PPC do curso nos Temas 08 “Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;” na disciplina CCA 218– Desenvolvimento de Comunidades e no Tema 15, “apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; deste ao mercado produtivo nacional” nas disciplinas CCA219 – Teoria Cooperativista I, CCA220 – Teoria Cooperativista II e CCA221 – Constituição e Desenvolvimento de Cooperativas.

A temática do cooperativismo e da economia solidária é abordada em 03 disciplinas na perspectiva do aprofundamento do tema que é um dos objetivos da PNATER. Os demais temas 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17 e 18 não foram encontradas de forma explícita nos conteúdos correlatos das disciplinas e das ementas.

No item **Público Beneficiário da PNATER** foi identificada correlação com o Tema 19 “Assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais” nas disciplinas CCA 006 - Extensão Rural, CCA 018 - Sociologia Rural, CCA 218– Desenvolvimento de Comunidades e o Tema 20 “Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação na disciplina CCA 006 - Extensão Rural.

### **ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E SUA INTERAÇÃO COM A PNATER - UNEB**

O currículo do Curso de Engenharia Agrônoma- Bacharelado se estrutura em núcleos interdimensionados de formação, considerando a necessidade e o grau de complexidade dos conhecimentos, organizados numa sequência didática que possibilite uma aprendizagem acadêmica significativa para o exercício pessoal, profissional e social. Estes conhecimentos foram organizados de forma a contemplar os seguintes núcleos interligados de formação: de Conteúdos Básicos (CB), de Conteúdos Profissionais Essenciais (CPE) e de Conteúdos Profissionais Específicos (CPES).

No item **Princípios da PNATER**, observou-se correlação com o Tema 01 “Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente” em 08 disciplinas oferecidas na grade curricular: Ecologia – BIO024, Manejo e Conservação do Solo e da Água – AGR040, Convivência com o Semiárido, Agroecologia, Desenvolvimento e Ruralidades, Extensão Rural – AGR077, Gestão Ambiental e na disciplina Conservação da Biodiversidade. Ressalta-se no currículo do curso, a disciplina Convivência com o Semiárido, que apresenta elevada correlação com o tema desenvolvimento sustentável e de forma eficiente dialoga com o clima da seca, o bioma caatinga e com o modelo de desenvolvimento rural implementado nessa região. O Tema 02 “Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica

e extensão rural” é abordado de forma clara na disciplina de Extensão Rural - AGR077, bem como, o Tema 03 “Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, que busca a construção da cidadania e a democratização da gestão na política pública” sendo ofertado na mesma disciplina. A ementa da disciplina, assim como, sua bibliografia, utiliza a lei 12.188/2010, Lei de Ater, como conteúdo estratégico.

O Tema 04, “Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis” é ministrado na disciplina Agroecologia. Não foi observada a ocorrência no PPC do curso dos temas 05 “Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” e 06 “Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional”.

No item **Objetivos da PNATER** foi identificada correlação com o Tema 07 “Promover o desenvolvimento rural sustentável” nas disciplinas Ecologia – BIO024, Manejo e Conservação do Solo e da Água – AGR040, Convivência com o Semiárido, Agroecologia, Desenvolvimento e Ruralidades, Extensão Rural – AGR077, Gestão Ambiental e na disciplina Conservação da Biodiversidade e o Tema 8, “Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais.” Essas 08 disciplinas conferem ao curso uma elevada aderência a este objetivo da PNATER.

O Tema 15 “apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural, é abordado nas disciplinas Antropologia e Sociologia Rural – CIS074 e Extensão Rural – AGR077 e os Temas 16 “promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração” e 17 “promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico” são abordados na disciplina de Extensão Rural e Comunicação – AGR077. Os demais temas 09, 10, 11, 13, 14, e 18 não foram encontradas de forma explícita nos conteúdos correlatos das disciplinas e das ementas.

No item **Público Beneficiário da PNATER**, foi identificada correlação com o Tema 19 “Assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais” nas disciplinas Antropologia e Sociologia Rural – CIS074, Extensão Rural e Comunicação – AGR077 e Direito Agrário. Todavia, não foi observado em

nenhuma disciplina do curso de Agronomia da UNEB o tema dos povos e comunidades tradicionais que povoam o território Sertão do São Francisco, através do modo de vida de uso coletivo da terra, que resiste às investidas do modelo de desenvolvimento rural excludente, os Fundos e Fechos de Pasto.

O Tema 20 “Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como, os beneficiários de programas de colonização e irrigação”, é abordado nas disciplinas Antropologia e Sociologia Rural – CIS074, Extensão Rural e Comunicação – AGR077 e Direito Agrário.

A disciplina Extensão Rural e Comunicação é das mais completas no que diz respeito à aderência a PNATER, por abordar a temática da agricultura familiar, tanto na sua ementa, quanto no conteúdo programático e na bibliografia. Da mesma forma, a disciplina Antropologia e Sociologia Rural dialogam de maneira sólida com o Público Beneficiário da PNATER.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos nas universidades pesquisadas coincidem com o momento de efervescência da construção da Política Nacional de Ater que se iniciou com ampla participação em 2003 e se tornou Lei em 2010, o que permitiu a exploração da Lei 12.188 na relação com os projetos pedagógicos dos cursos de Agronomia da UFRB, Univasf, UNEB e UEFS, analisando o nível de interação entre os conteúdos dos PPC e a PNATER, a partir dos seus Princípios, Objetivos e Público beneficiário.

Todos os PPC dos cursos pesquisados apresentaram uma elevada aderência ao Tema Desenvolvimento Sustentável, que é um dos seis princípios e um dos onze objetivos da PNATER, sobretudo no princípio 1, onde em várias disciplinas dos cursos, são abordados temas relacionados com o Desenvolvimento Rural Sustentável.

A presença da disciplina de Agroecologia foi observada em todos os PPC pesquisados, como obrigatória, levando-se em conta a exaustão do modelo rural pautado na exploração desmedida dos recursos naturais, desconsiderando a sua finitude. Os temas, “Gênero, raça,

geração e etnias” e “Segurança Alimentar e Nutricional”, princípios da PNATER, não são abordados de forma clara nos PPC dos cursos de agronomia analisados.

O curso da UEFS foi o que demonstrou maior aderência aos princípios da PNATER, tendo no currículo do curso de agronomia, disciplinas como: Introdução a Agricultura Familiar e Agroecologia já no primeiro semestre; Organização Comunitária no segundo semestre e, ao longo do curso, as disciplinas, Agroecologia, Agricultura Familiar e Camponesa, Tecnologias Apropriadas a Agricultura Familiar; Comercialização e Economia Solidária; Metodologias Participativas; Associativismo e Cooperativismo e Educação do Campo.

O curso da UNEB no campus III, localizado no município de Juazeiro – Bahia, cujo PPC foi reformulado em 2012, foram incorporadas as disciplinas Agroecologia e Extensão Rural e Comunicação, pautadas na PNATER, porem, no público beneficiário, sente-se a ausência de povos e comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto presentes no Território Sertão do São Francisco.

No quesito integração com a PNATER, a maior aderência do PPC do curso de Engenharia Agrônômica da Univasf, se dá no Tema 01 dos princípios da PNATER, seguindo a tendência observada nas demais universidades analisadas. Entretanto, nesse PPC não se observou disciplinas com maior interação com a PNATER nos demais temas. No quesito público Beneficiário da PNATER, observa-se a mesma negligência do PPC com as comunidades tradicionais de Fundos e fechos de Pasto.

## REFERÊNCIAS

AIRES L. **Paradigma qualitativo e práticas da investigação educacional**. Universidade aberta; Outubro 2011.

ALARCÃO, I.; RUA, M. **Interdisciplinaridade, Estágios clínicos e desenvolvimento de competências**. Texto Contexto Enferm, Jul-Set; 14(3): 373-82, 2005.

APPLE, M. **Ideologia e currículo**. Tradução de Maria Cristina Monteiro. São Paulo: Brasiliense, 1982.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. - LDB 9394/96**: Artigos 12-14, 1996.

BRASIL. Constituição Federal. Câmara dos Deputados: Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em 09/08/2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases para Educação Nacional. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em 15/08/2018.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Câmara dos Deputados: Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm)> Acesso em 10/08/2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CAPDEVILLE, Gui. **O Ensino Superior Agrícola no Brasil**. Revista brasileira de Estudos pedagógicos. Brasília, v.72, n.172, p.229-261, set./dez. 1991

CARDOSO, C. F. **Espaços de conflitos e permanência das agências de estado: o exemplo da Extensão rural em Santa Catarina**. Tese: Rio de Janeiro, 1990.

CUNHA, M. I. **O Professor universitário na transição de paradigmas**. 2.. ed. Araraquara: Junqueira & Marin editores, 2005.

DESLANDES, Gomes. **Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2016

GIMENO SACRISTÁN, J. **Currículo e diversidade cultural**. In: SILVA, T. da e MOREIRA, A. F. (orgs). **Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GIROUX, H. A. e MCLAREN, P. **Formação do professor como uma contra-esfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural**. In: MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. (orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GOODSON, I. **Currículo: teoria e história**. Tradução de Atílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOODSON, Ivor. **As políticas de currículo e de escolarização**. Petrópolis, Editora vozes, 2008.

GOLDEMBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar – Como Fazer Pesquisa em Ciências Sociais**. Record. Rio de Janeiro, 2004.

HORNBURG, N. SILVA, R. da. **Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança**. Vol. 3n. 10 - jan.-jun./2007.

Lei nº 12.188/2010. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária**, DOU de 12.1.2010.

LOPES, A. C. Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio: Quando a Integração perde seu potencial crítico. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MACEDO, R. S. **Atos de currículo**. Educação intercrítica como práxis identitária. 2005.

MACEDO, R.S. **Compreender/mediar a formação: o fundante da educação**. Brasília: Liber Livro, 2010.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Texto de Discussão 48, Brasília, out. 2008. 50 p. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/5publicações/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao/view>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

POMBO, O. Práticas Interdisciplinares. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006, p. 208-249.

PONCE, Branca Jurema. **O CURRÍCULO ESCOLAR EM BUSCA DA JUSTIÇA SOCIAL: A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 13, n. 02 p. 331 - 349 abr./jun. 2015.

**Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola**. In: VEIGA, I.P .A. E FONSECA, M. (Org.). **Dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas: Papirus, 2002.

- Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia – UEFS**, Feira de Santana, 2010.
- Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia -UFRB**, Cruz das Almas- BA, 2009.
- Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica – Univasf**, Petrolina-PE, 2013.
- Projeto do Curso de Graduação em Engenharia Agrônômica - Bacharelado** (Redimensionamento do Curso de Agronomia), UNEB, Juazeiro-BA, 2012.
- RAMALHO, B.L.; NUÑEZ, I.B.; GAUTHIER, C. **Formar o Professor – Profissionalizar o Ensino: perspectivas e desafios**. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- RANGHETTI, D. S.; GESSER, V. Um design de currículo para a formação inicial de professores (as): um projeto em construção. **Contrapontos**, v. 4, n. 2, pp. 305-324, Itajaí, maio/ago. 2004.
- RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**, 2007. Disponível em: <[http://unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/metodologia\\_cientifica.pdf](http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf)>. Acesso em: 18/08/2018
- SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto alegre: Artmed, 2000.
- SOEIRO, J. **A defesa da escola pública e democrática: intervenção na sessão parlamentar de comemoração do 25 de Abril, 2008**. [S.l.], 2008. Disponível em: <<http://beparlamento.esquerda.net>>. Acesso: 10 jul. 2018.
- TEDESCO, J. C. **Diez notas sobre el pacto social y educativo**. Revista de la Asociación de Inspectores de Educación en España, Espanha, n. 12, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.adide.org/revista/index.php>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- TOURRAINE, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo hoje**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- VARGAS, L. H. M.; COLUS, I. M. S.; LINHARES, R. E. C.; SALOMÃO, T. M. S.; ZABALA, Antony. **Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

*Recebido: 15/03/2019*  
*1ª Revisão: 03/05/2019*  
*Aceite final: 15/06/2019*